

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS
CNPJ - 05.787.273/0001-41

BALANÇO PATRIMONIAL - (Em R\$)			
Exercícios Findos em:	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
ATIVO TOTAL		6.981.559,27	3.604.001,66
ATIVO CIRCULANTE		4.922.397,45	1.611.621,29
Caixa e Equivalentes Caixa	4	4.590.115,58	390.297,07
Clientes – Equivalente a Receber	5	316.460,16	1.220.376,68
Estoque	6	15.821,71	947,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.059.161,82	1.992.380,37
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	479.006,30	474.650,00
Crédito a Receber	7.1 (a)	200.000,00	200.000,00
Depósitos Judiciais	7.1 (b)	274.650,00	274.650,00
Créditos por Cauções	7.1	4.356,30	0,00
IMOBILIZADO	8	1.580.155,52	1.517.730,37
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO TOTAL		6.981.559,28	3.604.001,66
PASSIVO CIRCULANTE		827.571,47	540.235,81
Fornecedores	9.1	34.928,43	66.362,72
Emprestimos e Financiamentos			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.2	524.378,07	400.885,87
Obrigações Fiscais e Tributárias	9.3	54.890,34	61.624,27
Outras Contas a Pagar	9.4	213.374,63	11.362,95
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.521.180,33	2.765.493,86
Obrigações Fiscais e Tributárias	10.1	1.758.556,14	2.002.869,67
Provisão de Riscos	10.2	562.624,19	562.624,19
Outros	10.3	200.000,00	200.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.632.807,47	298.271,99
Capital Social	11.1	749.900,00	749.900,00
Reservas de Capital	11.2	1.619.875,18	1.619.875,18
Lucro/Prejuízos Acumulados	11.3	1.263.032,29	(2.071.503,19)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$)				
	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido total
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Aumento do Capital Social				
Reserva para Investimentos				
Prejuízo do Exercício			(635.195,64)	(635.195,64)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(29.093,63)	(29.093,63)
Saldos em 31/12/2020	749.900,00	1.619.875,18	(2.071.503,19)	298.271,99
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Aumento do Capital Social				
Reserva para Investimentos				
Prejuízo do Exercício			3.851.591,51	3.851.591,51
Ajustes de Exercícios Anteriores			(517.056,03)	(517.056,03)
Saldos em 31/12/2021	749.900,00	1.619.875,18	1.263.032,29	3.632.807,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em R\$)			
Exercícios Findos em:	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		3.851.591,51	-635.195,64
Ajustes por:			
Depreciação		31.344,33	30.835,52
Ajuste de Exercícios Anteriores		(572.659,00)	-
Juros de Parc. Tributários de J.P.		1.653,00	173.183,52
Resultado líquido após os ajustes		3.311.929,84	(531.176,60)
(Aumento)/Redução de Ativos Circulantes		884.686,05	320.934,97
(+) (Aumento) Redução nas contas a receber de clientes e outros		903.916,52	300.719,18
(-) (Aumento) ou Redução em Estoques		-14.874,17	20.215,79
(-) (Aumento) ou Redução em Créditos a Receber		-4.356,30	-
(Aumento)/Redução de Passivos Circulantes		279.427,45	(115.153,37)
(+) (Aumento) (Redução) em Fornecedores		369.043,73	6.371,51
(-) (Aumento) (Redução) em Obrigações Sociais e Trabalhistas		115.593,99	(129.343,02)
(+) (Aumento) (Redução) em Obrigações Fiscais e Tributárias		6.733,93	594,40
(-) (Aumento) (Redução) em Outros		202.111,65	202.111,65
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.546.043,34	(325.395,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamento de compra de ativo imobilizado		(93.769,48)	(97.017,04)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(93.769,48)	(97.017,04)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obrigações Fiscais e Tributárias - Parcelamento LP		(252.455,35)	(244.932,21)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(252.455,35)	(244.932,21)
VARIÁVEL LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		4.199.818,51	(667.344,25)
VARIÁVEL LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		4.199.818,51	-667.344,25

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As despesas deste elemento da DRE abrangem desde honorários e publicidade junto aos usuários do sistema de transporte público, como estimativa de perdas com recebíveis derivados da receita do PSC – Parcela do Poder Concedente, em outros serviços prestados pela CMTC em aberto (provisão para crédito de liquidação duvidosa).

NOTA 15 - DESPESAS OPERACIONAIS/ ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
PESSOAL E ENCARGO	3.818.639,97	3.633.729,87
Remuneração	2.643.616,42	2.438.884,64
Encargos Sociais	805.979,82	819.534,73
Benefícios Aux. Alimentação	369.043,73	375.310,86
UTILIDADE/IMAT DE ESCRITÓRIO / VIAGENS	57.373,70	48.034,81
RECURSOS EM GERAL	6.733,93	92.008,95
IMPOSTOS E TAXAS	149.950,91	17.445,78
TOTAL	4.099.229,68	3.791.218,83

Assim como ocorre nos custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante dos elementos das Despesas Operacionais é a despesa com folha de pagamento (Pessoal e Encargos) que representam 90% dessas despesas. Para apresentação das demonstrações financeiras de 2021, comparativas a 2020, foi adotado um critério de rateio baseado na planilha apresentada na Nota 13, onde foi constatado que o total de despesas incorridas com folha de pagamento 47% estão vinculadas às atividades de apoio, administrativa e financeira da Companhia, desse modo apenas as despesas com pessoal vinculadas a essas atividades foram consideradas despesas operacionais.

NOTA 16 - DESPESAS OPERACIONAIS / DESPESAS GERAIS

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Telefone	28.935,28	33.219,30
Água e Esgoto	4.293,69	0,00
Energia Elétrica	41.741,01	0,00
Copa Lanches e Refeições	681,93	3.063,58
Locações	264.245,14	174.907,20
Locação de Imóveis	227.899,54	138.726,58
Locação de Máquinas	19.244,20	18.900,52
Locação de Software	16.831,50	17.280,00
TOTAL	339.897,05	211.190,88

NOTA 17 - RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
RECEITAS FINANCEIRAS	5.467.747,62	2.106.764,74
Juros Anterior - Rend de Aplic. Financ	75.279,37	5.681,17
Descontos Obtidos	0,00	83,56
Repasse Prefeitura	5.392.255,25	2.100.000,00
RECEITAS OPERACIONAIS - LC/39	258,00	1.000,00
Multa Contratação - LC/39 - CMTC	258,00	1.000,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(22.294,34)	(79.268,64)
Tarifas Bancárias	(6.244,31)	(4.959,38)
Multas e Juros de Mora Fiscais	(16.050,03)	(74.309,26)
TOTAL	5.445.453,28	2.027.496,09

Receitas Financeiras no valor de R\$ 5.759.37, são oriundas de Juros Ativos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras; o valor de R\$ 5.392.210,25, refere-se a valores recebidos da Prefeitura de Goiânia por determinação da Lei nº 10.614, de 22 de abril de 2022, art. 4º, que concede Subvenção Econômica à Prefeitura Municipal de Goiânia para realização de obras de saneamento básico e saneamento ambiental. A Prefeitura Municipal de Goiânia, por sua vez, emitiu a Portaria nº 12.000, de 12 de maio de 2022, criando a Prefeitura Municipal de Financiamento, a qual é responsável por administrar os recursos do contrato de concessão firmados com as respectivas entidades.

Despesas Financeiras está relacionadas com despesas bancárias e juros e encargos de mora, sobre parcelamentos realizados junto ao Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

NOTA 18 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO – PROV. DE IRPJ / CSLL

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
LUCRO ANTES DO IR/CSLL	3.907.194,48	-2.071.503,19
(-) Provisão Fiscal	(0,00)	(0,00)
LUCRO REAL	3.907.194,48	-2.071.503,19
CSLL 9%	353.647,60	189.135,29
IRPJ 15% + 10%	353.647,60	189.135,29
TOTAL	3.907.194,48	-2.071.503,19

Foi apurado em 2021, Lucro antes do IR/CSLL um valor de R\$ 3.907.194,48. A obtenção deste resultado só foi possível considerando que a Prefeitura Municipal de Goiânia fez repasse a CMTC a título de SUBVENÇÃO ECONÔMICA no valor de R\$ 5.392.210,25, conforme Lei Municipal nº 10.614, de 22 de abril de 2021. A solicitação e autorização da Subvenção pelo Poder Legislativo, só foi possível e viabilizado em função da queda significativa da Receita da CMTC – PPC (Parcela do Poder Concedente), que é repassado pelas empresas concessionárias de transporte coletivo, afetado sobrenomeira com o advento da pandemia COVID-19. Portanto, a natureza da transferência extra orçamentária para a CMTC, é ajuda financeira em caráter excepcional, para cobrir despesas de manutenção da Companhia e não prejudicar o seu funcionamento. Desta forma, entende-se que o valor da subvenção repassado em parcelas mensais, mediante apresentação de relatórios que demonstrassem a necessidade dos recursos financeiros, não pode ser considerado para cálculo do CSLL e IRPJ.

NOTA 19 - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

ADFC informa as entradas e saídas de recursos financeiros da Companhia segregadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, não ocorreram quaisquer outros eventos que possam alterar de forma significativa a situação operacional, econômica e financeira nas demonstrações de Fluxos de Caixa apresentadas, que requerira que seja mencionado.

19.1 AJUSTES AO RESULTADO OPERACIONAL

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
AJUSTES ANTERIORES	-517.056,03	-29.093,63
TOTAL	-517.056,03	-29.093,63

Conforme verifica-se no item 5.2, desta NE, foi baixado em 2021 o valor R\$ (-) 572.659,00 – Ajustes de Exercícios Anteriores, proveniente a baixa no ativo contingente, em consequência de recomendação do TCM-GO, em virtude da ocorrência de erro de lançamento de 2021 comparado a 2020. As alterações ocorridas durante o exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, estão demonstradas na DFC pela Metodologia Indireta, ou seja, partindo do Resultado do Período apurado na Demonstração de Resultado do Exercício.

19.2 FINANCIAMENTOS

A entidade teve como fonte de recursos, os repasses mensais pelas concessionárias integrantes do Sistema Integrado de Transportes Coletivos, conforme edital de concorrência CMTC nº 001/2007 e recebimento de multas. Não houve no exercício de 2021, empréstimos ou outra forma de captação de recursos para destinação de recursos.

19.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a aprovação e o encerramento das demonstrações financeiras do exercício, em 31 de dezembro de 2021, não houve impactos causados pela pandemia da COVID-19, não ocorreram quaisquer outros eventos que possam alterar de forma significativa a situação operacional, econômica e financeira nas demonstrações de Fluxos de Caixa apresentadas, que requerira que seja mencionado.

O Novo coronavírus (COVID-19) trouxe impactos financeiros para a Companhia, cujos montantes impactou significativamente a principal receita da Companhia, o PPC – Parcela do Poder Concedente, haja vista que esta tem como fator gerador o valor da receita obtida pelas concessionárias, onde atualmente são repassados o equivalente a 2% de suas receitas à CMTC. Com as medidas de segurança adotadas pelo Governo houve considerável redução da receita das concessionárias, refletindo na utilização de transportes públicos pelos usuários, em razão das restrições de locomoção adotadas. Espera-se que a melhoria importante nos índices de comparecimento e letividade pela COVID – 19 no exercício de 2022 e seguintes, a situação econômica financeira das empresas concessionárias se recupere e de consequência, a receita principal da CMTC, que é Parcela do Poder Concedente – PPC.

NOTA 20 - DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Adotou-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, com também no reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

As demonstrações foram elaboradas adotando o valor contábil como base de valor e o resultado do exercício, foi apurado de acordo com as operações realizadas no exercício de 2021.

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC no valor R\$ 3.632.276,52 (três milhões seiscentos trinta e dois mil e duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), estando constituído conforme a seguinte estrutura:

- Capital Social – Idem nota explicativa 11.1
- Reservas – Idem nota explicativa 11.2
- Lucro/Prejuízos Acumulados – Idem nota explicativa 11.3

20.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Resultado no Exercício de 2021	3.851.591,51	2.425.648,88
Resultado Acumulado em 2021	1.263.032,29	-2.071.503,19

O resultado foi apurado com base no regime de competência do exercício, demonstrado com um Lucro do período de R\$ 2.425.648,88 (dois milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos), sendo que o saldo do acumulado no exercício de 2021, incluído o ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ (1.162.614,59) (hum milhão cento e sessenta e dois mil e seiscentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos) perfaz o montante de R\$ 1.263.032,29 (hum milhão e duzentos e sessenta e três mil e trinta e dois reais e vinte e nove centavos).

NOTA 21 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Tive como objetivo principal apresentar de forma verídica resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.

Demonstramos a formação do resultado líquido do exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, conforme composição a seguir:

- (a) Receita Líquida de Concessão – Faz jus às receitas auferidas pela Companhia fazendo correlação receita operacional bruta, conforme estrutura contábil da DRE, composição financeira descrita na nota explicativa 13.
- (b) Custo da DRE de Serviços – Faz jus às custos apurados no período, fazendo correlação na estrutura contábil da DRE a conta “Custos das Vendas/Prestação de serviços” Composição financeira descrita na nota explicativa 14.
- (c) Despesas Operacionais/Despesas Gerais – As despesas operacionais são todos os gastos desembolsados ou previstos, que se relacionam diretamente com o objeto social e econômico do órgão, e que não sejam de custeio direto do exercício. Aqui nesta rubrica em específico, tratamos das despesas gerais e não recorrentes, que não são ligadas diretamente a atividade operacional. Composição financeira descrita na nota explicativa 16.
- (d) Despesas Operacionais/Despesas Administrativas – Nesta seção específica, demonstramos as despesas administrativas que compreendem todos os custos e desembolsos que a entidade possui e que são fixos e indiretos ao negócio da empresa. Composição financeira descrita na nota explicativa 15.
- (e) Outras Receitas/Despesas Operacionais – As outras receitas/despesas são todas aquelas provenientes de atividades secundárias contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado.

(f) Resultado Financeiro – São provenientes de aplicações e operações financeiras, oriundas da utilização dos numerários que se encontram em giro na entidade. Composição financeira descrita na nota explicativa 17.

NOTA 22 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 divulgado sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/2008 e pela Resolução CFC nº 1.145/2005 determina que os relacionamentos entre a controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados independentemente de ter havido transações entre essas partes relacionadas.

As demonstrações de balanço do exercício de 2021 a CMTC não realizou operações com partes relacionadas. Nota 23 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria autorizou, em 07 de abril de 2022, a conclusão das demonstrações financeiras e notas explicativas referentes ao exercício de 2021.

As demonstrações foram elaboradas adotando o regime de competência, de acordo com os saldos acumulados e as operações realizadas no exercício de 2020.

Era o que nos cumpria apresentar em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento.

Goiânia, 31 de dezembro de 2021.

Kassy Anne J.F. Silvestre
 Diretora Adm. e Financeiro
 Aurea Mª Oliveira Pitaluga
 Diretora Técnica

Francisco Tarcísio Ribeiro de Abreu
 Presidente
 Cleiton Aparecido Lemos
 Diretor de Fiscalização

Andréa Regina de Sá
 Contadora CRCGO 10821

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC

CNPJ Nº 05.787.273/0001-41

GOIÂNIA - GO

Opinião com Ressalva e Ênfase

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC, levantado em 31 de dezembro de 2021 compreendendo o balanço patrimonial (BP), a demonstrações do resultado do exercício (DRE), do resultado abrangente, a mutações do patrimônio líquido (DMLP) e a demonstração de fluxos de caixa (DFC) para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC, em 31 de dezembro de 2021 e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as respectivas responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

De acordo com as análises da auditoria sobre a movimentação do ano de 2021 a sua apresentação nas peças contábeis, cabe ressaltar o seguinte aspecto:

1. Da não realização do teste de Recuperabilidade dos Ativos – Seção 17 da NBC TG 1000 (R1)

Verificamos no decorrer de nossas análises, que apesar de iniciado o processo do teste de recuperabilidade dos ativos bem como implementou o controle patrimonial, o processo não foi finalizado em tempo hábil para o fechamento das demonstrações contábeis, sendo que o mesmo será finalizando no decorrer do exercício de 2022. Tal procedimento é requerido no Pronunciamento CPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, NBC TG 01 (R4), bem como exigido pela NBC TG 1000 (R1) na Seção 14.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, destacamos os pontos a seguir, para conhecimento geral:

1. Conforme Nota Explicativa nº 11.1 “Foi protocolado processo administrativo na Procuradoria do Estado, autos 201600030187 o qual solicita que o Acionista remisso Governo do Estado de Goiás cumpra o determinado na legislação vigente e proceda a integralização do capital social no montante de 25% (vinte e cinco por cento) das ações nominativas, que estão pendentes de integralização desde a data de constituição da Companhia, ou seja, desde 17/07/2003, conforme registrado em ata de constituição”;

2. Consta nas Notas Explicativas na nota nº 10.2 “Provisão de Risco”, que a CMTC possui ações judiciais no polo Passivo, classificadas como Risco Possível no montante de R\$ 130.876.730,66 (cento e trinta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e trinta reais e sessenta e seis centavos), verificamos também que conforme detalhado no relatório Jurídico, este montante se refere a um total de vinte e quatro (24) ações, mas apenas uma (01) ação é responsável por 76,45% deste montante, sendo este o processo de nº 0315363-47.2015.8.09.0051 no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) cuja probabilidade de perda foi classificada como Possível.

3. Conforme apresentado na Nota Explicativa 10.2, foi mencionado o montante de R\$ 562.624,19 a título de Contingência Ativa Tributária, referente ao IRPJ e CSLL apurados em 2019 (R\$ 161.635,81 a título de CSLL, e R\$ 400.988,38 a título de IRPJ), que não foram recolhidos em razão da Companhia impetrar ação fiscal pleiteando a imunidade tributária. Conforme apresentado pela Nota Explicativa juntamente com o relatório de processos jurídicos fornecido pela área jurídica da companhia, tal processo está classificado como “Provável, mas não praticamente Certo”, o que exige da companhia a apenas a devida menção em Notas Explicativas conforme exigido pela NBC TG 1000 na Seção 21, item 21.13.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2020, foram auditadas por nós auditores, tendo sido emitido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, com 4 ressalvas e 4 ênfases, datado de 07/04/2021.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2020, foram auditadas por nós auditores, tendo sido emitido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, com 4 ressalvas e 4 ênfases, datado de 07/04/2021.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de au-

ditória contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 14 de abril de 2022.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-GO Nº. 000757/O-6 – CVM 6971 – CNPJ 26678045/0001-03

Thiago Silva Marinho

Sócio, CRC/GO. 014432/0

Sócio

CMTC - Conselho Fiscal**Parecer Demonstrações Contábeis de 2021**

O Conselho Fiscal da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC, no uso de suas atribuições que nos conferem o Artigo 163, da Lei 6.404/76, e as disposições correlatas o Estatuto Social, nos reunimos com a finalidade de apreciar as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2021: i) Balanço Patrimonial (BP); ii) Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE); iii) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); iv) Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC); v) Notas Explicativas; e iv) Parecer dos Auditores Independentes, DCA – Auditores Independentes SS (opinando pela sua aprovação com ressalva e ênfase). Considerando os resultados obtidos no exame dos citados documentos, bem como os esclarecimentos prestados pela gestão da CMTC, opinamos favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2021

Goiânia, 18/04/2022

LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES PARRELA

Presidente – CRC/DF 014484/0-4

JOÃO EVANGELISTA DE CARVALHO

Membro

ADRIANO ROCHA LIMA

Membro

ATA DA PRIMEIRA (1ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC DO ANO DE 2022 PARA APROVAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO DO ANO DE 2021 CMTC DISCUTIR SOBRE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA COMPANHIA.

NIRE 52300009456 – CNPJ 05.787.273/0001-41

Aos dezoito (18) dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois (2022), às 10:30h (dez horas e trinta minutos), nesta Capital, à 1ª Avenida, nº. 486, (quatrocentos e oitenta e seis) no Setor Leste Universitário, CEP 74.605-020, atendendo convocação, na forma estabelecida no art. 27, XVI, do Estatuto Social da **COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC** e em atendimento ao ofício convocação de nº 005/2022-PRES/COM. ADM. do Sr. **VALTER FERRAZ SANCHES** presidente do Conselho de Administração da CMTC, reuniram-se em primeira convocação o Sr. **VALTER FERRAZ SANCHES**, na condição de Presidente do Conselho de Administração, Sr. **NELSON LUZIA DE OLIVEIRA** e Sr. **FRANCISCO TARCÍSIO RIBEIRO DE ABREU**, membros, representantes do Acionista Majoritário da CMTC – Município de Goiânia, Sr. **André Luiz de Freitas**, suplente do membro representante do Acionista Governo de Goiás, Sr. **ROZEMÁRIO MÁXIMO FERREIRA NETO**, membro representante do Município de Aparecida de Goiânia e Sr. **FAUSTO BARBOSA DE PAULA**, suplente do membro representante dos demais municípios, totalizando seis (6) membros do Conselho de Administração presentes e como convidado a participar da reunião Sr. **Wellington Rodrigues P. Póvoa Lemes** Assessor Jurídico da CMTC, que irá secretariar esta reunião e ainda o Sr. **Luiz Claudio Rodrigues Parrella** presidente do Conselho Fiscal da CMTC, Srª **Andrea Regina de Sá** chefe de contabilidade da CMTC e ainda Srª. **Kassy Anne J. F. Silvestre** Diretora Administrativa e Financeira da CMTC que irão apresentar e sanar dúvidas quanto ao Balanço Patrimonial apresentado ficando assim composta a mesa:

• **Presidente da Reunião: VALTER FERRAZ SANCHES**

• **Membros do Conselho:** Nelson Luzia de Oliveira, Francisco Tarcísio Ribeiro de Abreu, Carlos Eduardo Silva de Faria, Rozemário Máximo Ferreira Neto, Fausto Barbosa de Paula.

• **Secretário da Reunião:** Wellington Rodrigues Paixão Póvoa Lemes;

• **Convidado(s):** Luiz Claudio Rodrigues Parrella, Andrea Regina de Sá, Kassy Anne J. F. Silvestre

Dando início aos trabalhos o Presidente da reunião realizou a conferência do quorum registrando a presença de 100% (cem por cento) dos membros do Conselho e realizou a leitura da pauta do dia: **1) Aprovação do Balanço Patrimonial relativo ao exercício findo do ano de 2021 da CMTC. 2) Outros assuntos de interesse da Companhia.** Após a leitura da pauta deu início as deliberações. **1)** o Presidente do Conselho passou a palavra à Controladora da CMTC, Srª Andrea Regina de Sá que, franqueou à todos os documentos que serão publicados e que compõem o balanço patrimonial de 2021 da CMTC destacando ainda os pontos relevantes apresentados no Balanço, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal, bem como parecer obrigatório dos Auditores Independentes, tudo conforme determina Lei nº. 6404/76 e Lei nº. 13.303/2016. O Presidente da CMTC ressaltou ainda que, a CMTC possui até então todos os balanços patrimoniais de exercícios anteriores julgados pelo TCM/GO como regulares ainda que em alguns casos conste ressalvas. Lembrou também que, todas as ressalvas apontadas em anos anteriores tem sido alvo de trabalho de correção realizado pela atual gestão. Retomando a palavra o Presidente do Conselho Sr. Valter Ferraz, indagou aos demais pares se restaram dúvidas acerca do balanço apresentado, ad passo que todos os questionamentos levantados foram esclarecidos pelos convidados da reunião. Ao final, não havendo mais manifestações quanto ao tema acordaram os membros do Conselho, por unanimidade, pela aprovação do Balanço Patrimonial de 2021, bem como de toda a documentação que o acompanha, ficando ainda determinado que deverão ser convocados os Acionistas da CMTC para realização de Assembleia Geral com vistas a deliberar quanto à aprovação do Balanço. **2)** Dando continuidade a reunião quanto a demais assuntos de interesse da CMTC, o Presidente da CMTC Sr. Tarcísio pediu a palavra para alertar aos demais membros do Conselho que a CMTC realiza trabalhos internos para adequação de sua realidade administrativa para que atenda as determinações da Nova Lei Complementar Estadual nº. 169/2021 e destacou que no atual estágio o trabalho de adequação aponta para necessidade de alteração do quadro funcional da CMTC, bem como das remunerações lá dispostas com fim de que a realidade dos cargos se assemelhe ao máximo daquilo que é praticado no Município de Goiânia. Não havendo mais manifestações, após as deliberações previstas na pauta o Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Reunião Sr. Valter Ferraz Sanches deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada eletronicamente pelo Presidente e secretário do Conselho de Administração da CMTC. Esta ata é cópia fiel do documento original.

MEMBROS DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Sr. **VALTER FERRAZ SANCHES**

Presidente do Conselho de Administração da CMTC

Sr. **WELLINGTON RODRIGUES P. PÓVOA LEMES**

Secretário da Reunião do Conselho de Administração da CMTC